



Bela Vista
Geração de Energia

Bela Vista Geração de Energia S.A.

CNPJ nº 32.116.582/0001-62

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Rua Jose Izidoro Biazetto, 158 - Curitiba - PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022



SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balancos Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	8
Demonstrações de Resultados Abrangentes	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1 Contexto Operacional	11
2 Base de Preparação	11
3 Principais Políticas Contábeis	13
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	17
5 Clientes	18
6 Imobilizado	18
7 Intangível	19
8 Tributos	19
9 Obrigações Sociais e Trabalhistas	20
10 Fornecedores	20
11 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	20
12 Patrimônio Líquido	21
13 Receita Operacional Líquida	22
14 Custos e Despesas Operacionais	22
15 Resultado Financeiro	23
16 Imposto de renda e contribuição social	23
17 Instrumentos Financeiros	24
18 Transações com Partes Relacionadas	25
19 Seguros	25
20 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	26
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	27
PARECER DO CONSELHO FISCAL	30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da Bela Vista Geração de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. A COMPANHIA

A Bela Vista Geração de Energia S.A. (Bela Vista, Companhia) foi constituída em 06.11.2018, nos termos de seu Estatuto Social e destina-se à geração de energia elétrica. Tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

O empreendimento, com 29,81 MW de capacidade instalada e garantia física de 18,61 MW médios, contempla uma Pequena Central Hidrelétrica localizada - PCH construída no Rio Chopim, nos municípios de São João e Verê, localizados no sudoeste do estado do Paraná.

A PCH Bela Vista começou a operar no primeiro semestre de 2021 e a energia produzida é encaminhada para o sistema através de uma linha de distribuição de alta-tensão de 138 mil Volts (kV) até a subestação da Copel Distribuição S.A. em Dois Vizinhos, também no Sudoeste, numa extensão de 18,4 km.

O empreendimento possui baixo impacto ambiental com reservatório de 2,85 km² (284,88 ha) para o nível de água máximo normal, sendo que desta área, aproximadamente 1,77 km² (177,33 ha) pertencem à calha natural do Rio Chopim, resultando em uma área efetivamente alagada de 1,08 km² (108 ha), ou seja, um incremento de área molhada de apenas 38%, aproximadamente, em relação à situação original.

A obra beneficia cerca de 100 mil consumidores com energia elétrica, reforçando a disponibilidade de energia do parque gerador da Copel. Adicionalmente, durante a implantação da usina, foi construída uma ponte rodoviária de 200 metros sobre o Rio Chopim como contrapartida para a comunidade do entorno, contribuindo para melhorar o escoamento da produção agrícola entre São João e Verê.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

	2022	2021	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	237.381	228.131	4,1
Caixa e equivalentes de caixa	22.934	5.459	320,1
Receita operacional bruta	31.394	17.229	82,2
Deduções da receita	(1.145)	(629)	82,0
Receita operacional líquida	30.249	16.600	82,2
Custos e despesas operacionais	(19.494)	(19.310)	1,0
Resultado das atividades	10.755	(2.710)	496,9
Ebitda ou Lajida (a)	21.919	3.548	517,8
Resultado financeiro	1.405	140	903,6
IRPJ/CSLL	1.421	555	156,0
Lucro (Prejuízo) operacional	12.160	(2.570)	573,2
Lucro (Prejuízo) do exercício	10.739	(3.125)	443,6
Patrimônio líquido	229.652	220.651	4,1
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	5,8	2,0	190,0
Liquidez geral (índice)	3,5	1,0	250,0
Margem do Ebitda ou Lajida (a) (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida)	72,5	21,4	238,8
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	40,2	(15,5)	359,4
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	35,5	(18,8)	288,8
Participação de capital de terceiros (%)	3,3	3,3	-
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (LL ÷ (PL Inicial))	4,9	(1,5)	426,7

(a) EBITDA ou LAJIDA - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

Curitiba, 06 de abril de 2023.

Roberto Werneck Seara

Diretor Executivo



COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho MARCIO LUIS BLOOT
Membros DAIANE MEDINO WOTKOSKI
ELOIR JOAKINSON JUNIOR
JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR
MILTON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR
THAIS CERCAL DALMINA LOSSO

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho ITAMAR PINTO PAZ
Membros Titulares KLEBERSON LUIZ DA SILVA
LUIZ HENRIQUE DE MELLO
WALTER GUANDALINI JUNIOR

Membros Suplentes ALFONSO SCHMITT
ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISSY
ANGELA BEATRIZ ALCAIDE
FABIANO LUFT CHUDZIKIEWICZ

DIRETORIA

Diretor Executivo ROBERTO WERNECK SEARA
Diretor Administrativo-Financeiro NILTON MORETTI DOS SANTOS

CONTADOR

CRC-PR-058084/0-0 MICHAEL LUIZ DE SOUZA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.934	5.459
Clientes	5	2.997	2.140
Outros créditos		-	1
Imposto de renda e contribuição social		250	10
Outros tributos a recuperar	8	15	10
Despesas antecipadas		631	35
		26.827	7.655
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Outros tributos a recuperar	8	15	22
		15	22
Imobilizado	6	205.250	214.720
Intangível	7	5.289	5.734
		210.554	220.476
TOTAL DO ATIVO		237.381	228.131

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços Patrimoniais
 em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (continuação)
 em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	9	37	127
Partes relacionadas	18	241	101
Fornecedores	10	1.356	3.239
Imposto de renda e contribuição social		254	251
Outras obrigações fiscais	8	248	145
Dividendos a pagar	12.3	1.788	51
Outras contas a pagar		697	-
		4.621	3.914
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	416	9
Provisões para litígios	11	2.692	3.557
		3.108	3.566
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12.1	223.913	223.862
Reserva legal	12.2	376	-
Dividendo adicional proposto	12.3	5.363	-
Prejuízos acumulados		-	(3.211)
		229.652	220.651
TOTAL DO PASSIVO		237.381	228.131

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	30.249	16.600
Custos Operacionais	14	(17.786)	(16.929)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO		12.463	(329)
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(1.481)	(2.381)
Outras despesas operacionais	14	(226)	-
		(1.707)	(2.381)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		10.756	(2.710)
Resultado Financeiro	15		
Receitas financeiras		1.405	142
Despesas financeiras		-	(2)
		1.405	140
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		12.161	(2.570)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16		
Imposto de renda e contribuição social		(1.015)	(566)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(406)	11
		(1.421)	(555)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		10.740	(3.125)
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais	12.4	0,04798	(0,01395)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

	31.12.2022	31.12.2021
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	10.740	(3.125)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	10.740	(3.125)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Dividendo adicional proposto	(Prejuízos) Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º.01.2021		194.062	14.935	-	-	(86)	208.911
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(3.125)	(3.125)
Recebimento de adiantamento		-	14.865	-	-	-	14.865
Aumento de capital	12.1	29.800	(29.800)	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021		223.862	-	-	-	(3.211)	220.651
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.740	10.740
Aumento de capital	12.1	51	-	-	-	-	51
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	12.2	-	-	376	-	(376)	-
Dividendos	12.3	-	-	-	-	(1.790)	(1.790)
Dividendo adicional proposto	12.3	-	-	-	5.363	(5.363)	-
Saldo em 31.12.2022		223.913	-	376	5.363	-	229.652

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (Prejuízo) do exercício		10.740	(3.125)
Ajustes para a reconciliação do prejuízo do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Depreciação e amortização	14	11.164	6.258
Imposto de renda e contribuição social		1.015	566
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.1	407	(11)
		23.326	3.688
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(857)	(2.140)
Outros créditos		1	(1)
Imposto de renda e contribuição social		(240)	14
Outros tributos a recuperar		2	(32)
Despesas antecipadas		(596)	(25)
		(1.690)	(2.184)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		(90)	109
Partes relacionadas		140	(8)
Fornecedores		(1.814)	5.255
Outras obrigações fiscais		103	(434)
Outras contas a pagar		697	-
Provisões para litígios	11.1	91	1.605
		(873)	6.527
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		20.763	8.031
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.012)	(322)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		19.751	7.709
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado		(2.256)	(33.501)
Aquisições de intangível	7.1	(20)	(352)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.276)	(33.853)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		-	14.865
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	14.865
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		17.475	(11.279)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	5.459	16.738
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	22.934	5.459
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		17.475	(11.279)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2022

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Bela Vista Geração de Energia S.A. (Bela Vista ou Companhia), com sede na Rua Jose Isidoro Biazzetto, 158, Curitiba - PR, foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, como sociedade anônima de capital fechado, em 06.11.2018. Tem como objeto social a exploração da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Bela Vista, bem como a geração, conexão com o sistema elétrico e comercialização da energia gerada a partir da exploração desse empreendimento hidrelétrico localizado no Rio Chopim, Estado do Paraná, por meia da REA nº 7802/2019 com prazo final da concessão em 02.01.2041. Possui a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como único acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

A PCH Bela Vista tem 29,81 MW de capacidade instalada e garantia física de 18,61 MW médios. A participação no leilão A-6 realizado em 31.08.2018 vendeu 14,7 MW médios em contratos regulados ao preço original de R\$ 195,70/MWh. O contrato de venda de energia tem início de suprimento em 1º.01.2024, prazo de 30 anos e reajuste anual pelo IPCA. As obras tiveram seu início no mês de agosto de 2019 e a entrada em operação comercial das três principais unidades geradoras ocorreu em 12.06.2021, 12.07.2021 e 15.08.2021. A entrada em operação da central geradora (*Stream Diver*) de 0,488 MW médios, foi liberada para início da operação em teste a partir de 28.02.2023.

2 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 06.04.2023.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas com uma possibilidade razoável de levar a ajustes significativos nos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 6 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.3 e 6 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nºs 3.4 e 7 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.5 e 11 - Provisões para Litígios e Passivos Contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NE nº 3.6 - Reconhecimento da Receita: estimativa de valores não faturados;
- NE nº 3.7 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia: previsão de valores que serão faturados pela CCEE;
- NEs nºs 3.8 e 8 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros;

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, nem opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.3 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão de serviço público de geração de energia elétrica são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, que é revisada anualmente e ajustada, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 Intangível

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além de servidões de passagem que são amortizadas pela expectativa de vida útil, limitada ao período da concessão

3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão). No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais não provisionados relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício, exceto os custos ou despesas para renovação das licenças, que são registrados como ativo intangível e amortizado pelo prazo da vigência da licença.

3.6 Reconhecimento da Receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

3.7 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no “Lucro Presumido”. O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de presunção de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de presunção de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferido.

3.9 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2022

A partir de 1º.01.2022 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;
- (iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

3.10 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios de 2023 e de 2024 estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- (i) CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (a partir de 1º.01.2023);
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (v) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);
- (vi) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	2.112	2.769
Aplicações financeiras de liquidez imediata	20.822	2.690
	22.934	5.459

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 94,0% e 96,0% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Clientes

	31.12.2022	31.12.2021
Contratos bilaterais - Copel Comercialização S.A.	2.997	2.140
	2.997	2.140

6 Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e comerciais para a geração de energia elétrica.

	Custo	Depreciação acumulada	31.03.2023	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	75.992	(6.144)	69.848	75.992	(2.264)	73.728
Máquinas e equipamentos	85.560	(6.409)	79.151	85.560	(2.227)	83.333
Edificações	36.347	(2.927)	33.420	36.347	(1.078)	35.269
Terrenos	21.901	(1.701)	20.200	20.289	(604)	19.685
	219.800	(17.181)	202.619	218.188	(6.173)	212.015
Em curso						
Custo	2.631	-	2.631	2.705	-	2.705
	2.631	-	2.631	2.705	-	2.705
	222.431	(17.181)	205.250	220.893	(6.173)	214.720

	Saldo em 1º.01.2021	Aquisições	Depreciação	Transferências	Saldo em 31.12.2021	Aquisições	Depreciação	Transf. Litígios	Transferências	Saldo em 31.12.2022
Em serviço										
Reservatórios, barragens, adutoras	-	-	(2.264)	75.991	73.727	-	(3.880)	-	-	69.847
Máquinas e equipamentos	-	-	(2.227)	85.560	83.333	-	(4.183)	-	-	79.150
Edificações	-	-	(1.078)	36.347	35.269	-	(1.848)	-	-	33.421
Terrenos	2.215	-	(604)	18.074	19.685	-	(1.096)	-	1.612	20.201
	2.215	-	(6.173)	215.972	212.014	-	(11.007)	-	1.612	202.619
Em curso										
Custo	196.084	22.594	-	(215.972)	2.706	2.184	-	(647)	(1.612)	2.631
	196.084	22.594	-	(215.972)	2.706	2.184	-	(647)	(1.612)	2.631
Total	198.299	22.594	(6.173)	-	214.720	2.184	(11.007)	(647)	-	205.250

Os ativos do projeto original da usina de PCH Bela Vista são considerados pelo Poder Concedente sem total garantia de indenização do valor residual ao final do prazo da concessão. Essa interpretação está fundamentada na Lei das Concessões nº 8.987/1995 e no Decreto nº 2.003/1996, que regulamentam a produção de energia elétrica por produtor independente. Dessa forma, a partir da entrada em operação desses ativos, a depreciação é realizada pela maior taxa entre aquela determinada pela vida útil do ativo ou a taxa calculada com base no prazo de concessão.

Conforme previsto nos contratos de concessão, os investimentos posteriores e não previstos no projeto original, desde que aprovados pelo Poder Concedente e ainda não amortizados, serão indenizados ao final do prazo das concessões e depreciados com as taxas estabelecidas pela vida útil do ativo, a partir da entrada em operação.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos nos exercícios de 2022 e em 2021.



Taxas médias de depreciação (%)	31.12.2022	31.12.2021
Geração		
Equipamento geral	5,26	6,25
Máquinas e equipamentos	5,32	5,18
Geradores	5,26	5,13
Reservatórios, barragens e adutoras	5,26	5,11
Turbina hidráulica	5,26	5,14

7 Intangível

7.1 Mutações do intangível

	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2021	37	5.430	5.467
Aquisições	-	352	352
Capitalizações para intangível em serviço	2.547	(2.547)	-
Quotas de amortização - concessão e autorização (a)	(85)	-	(85)
Em 31.12.2021	2.499	3.235	5.734
Aquisições	-	20	20
Transferências - litígios	-	(308)	(308)
Capitalizações para intangível em serviço	490	(490)	-
Quotas de amortização - concessão e autorização (a)	(157)	-	(157)
Em 31.12.2022	2.832	2.457	5.289

(a) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

8 Tributos

8.1 Imposto de renda contribuição social diferidos

Bela Vista	Saldo em 1º.01.2021	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2021	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2022
Ativo não circulante	-	-	-	-	-
(-) Passivo não circulante					
Provisão de rendimentos de aplicações financeiras - CD	20	(11)	9	407	416
	20	(11)	9	407	416
Líquido	(20)	11	(9)	(407)	(416)

8.2 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante		
ICMS a recuperar	15	10
	15	10
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar	15	22
	15	22
Passivo circulante		
PIS/Pasep e Cofins a recolher	109	78
Outros tributos	139	67
	248	145
Passivo não circulante		
	-	-

9 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2022	31.12.2021
Impostos e contribuições sociais sobre a folha de pagamento	37	37
Provisão por desempenho	-	90
	37	127

10 Fornecedores

	31.12.2022	31.12.2021
Energia elétrica	246	979
Materiais e serviços	1.110	2.260
	1.356	3.239

11 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

11.1 Muta o das provisões para litígios

	Saldo em 1�.01.2022	Adi�es	Adi�es no ativo	Saldo em 31.12.2022
Trabalhistas	-	91	-	91
C�veis				
Servid�es de passagem	491		(308)	183
Desapropria�es e patrimoniais	3.065	-	(647)	2.418
	3.557	-	(955)	2.601
	3.557	91	(955)	2.692

Os passivos contingentes são obriga es presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econ micos para liquidar a obriga o. Em 31.12.2022 o saldo de passivos contingentes identificados   no valor de R\$ 81 (70 em 31.12.2021) e referem-se a servidões de passagem.

12 Patrimônio Líquido

12.1 Capital Social

O capital social integralizado em 31.12.2022, no valor de R\$ 223.913 (R\$ 223.862 em 31.12.2021)   composto por 223.913.000 (223.823.000 em 31.12.2021) a es ordinárias, sem valor nominal, pertencentes a Copel GeT. Em 2022, a Assembleia aprovou o aumento de capital social no valor de R\$ 51 mediante a reversão dos dividendos propostos em 2019.

12.2 Reserva legal e reserva de reten o de lucros

A reserva legal   constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destina o, limitada a 20% do capital social.

A reserva de reten o de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei n  6.404/1976. Sua constitui o ocorre mediante a reten o do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constitui o da reserva legal e da proposi o dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos



12.3 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2022	31.12.2021
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	10.740	(3.125)
(-) Absorção de prejuízo acumulado	(3.211)	-
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	7.529	(3.125)
Reserva legal (5%)	(376)	-
	7.153	(3.125)
Dividendos propostos		
Dividendos (25%)	1.790	-
Dividendo adicional proposto	5.363	-
	7.153	-

12.4 Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2022	31.12.2021
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações	10.740	(3.125)
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações	223.913.000	223.823.000
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações	0,04798	(0,01395)

13 Receita Operacional Líquida

	Receita Bruta	PIS/Pasep e Cofins	Receita Líquida 31.12.2022	Receita Líquida 31.12.2021
Contratos bilaterais - Copel Comercialização S.A.	31.133	(1.135)	29.998	15.533
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	261	(10)	251	1.067
	31.394	(1.145)	30.249	16.600

14 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas administrativas	Outras despesas líquidas	31.12.2022	31.12.2021
Energia elétrica comprada para revenda	(1.751)	-	-	(1.751)	(10.064)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.296)	-	-	(1.296)	(616)
Pessoal e administradores	-	(1.300)	-	(1.300)	(897)
Planos previdenciário e assistencial	-	(76)	-	(76)	(16)
Material	(9)	-	-	(9)	(2)
Serviços de terceiros	(2.706)	81	-	(2.625)	(1.344)
Depreciação e amortização	(11.155)	(9)	-	(11.164)	(6.258)
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	(138)	(138)	-
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(869)	(177)	(88)	(1.134)	(113)
	(17.786)	(1.481)	(226)	(19.493)	(19.310)



15 Resultado Financeiro

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.399	137
Outras receitas financeiras	6	5
	1.405	142
(-) Despesas financeiras		
IOF sobre aplicações financeiras	-	1
Outras despesas financeiras	-	1
	-	2
Líquido	1.405	140

16 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2022		31.12.2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	31.395	31.395	17.229	17.229
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.512	3.767	1.378	2.067
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, líquidas de IOF	205	205	174	174
Ganho de Capital	-	-	1	1
(=) Base de cálculo	2.717	3.972	1.553	2.242
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	
Imposto de renda e contribuição social	657	358	364	202
Receita financeira provisionada	1.194	1.194	(32)	(32)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	299	107	(8)	(3)

17 Instrumentos Financeiros

17.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2022		31.12.2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	22.934	22.934	5.459	5.459
			22.934	22.934	5.459	5.459
Custo amortizado						
Cientes (a)	5	1	2.997	2.997	2.140	2.140
Total dos ativos financeiros			25.931	25.931	7.599	7.599
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	9		1.356	1.356	3.239	3.239
Total dos passivos financeiros			1.356	1.356	3.239	3.239

Nível 1 de hierarquia de valor justo: informações obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

- a) O valor justo dos ativos e passivos financeiros é equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

17.2 Gerenciamento de riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

17.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos financeiros considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

Os riscos relacionados as perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes, relacionado a fatores internos e externos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares

17.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

17.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

18 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Controladora - Copel Ge T								
Dividendos	-	-	1.788	51	-	-	-	-
Energia elétrica para revenda	-	-	-	-	-	-	(41)	(1.118)
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	179	86	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	209	186	-	-	(2.488)	(1.239)
Entidade sob controle em comum								
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.								
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	13	15	-	-	-	-
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1.296)	(616)
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	49	-	-	-	-	-
Copel Comercialização S.A.								
Suprimento de energia elétrica	2.997	2.141	-	-	31.133	16.122	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(650)	(634)

(a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal, administradores, materiais, serviços de terceiros e outros (PMSO), conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

19 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais	30.11.2023	173.243
Seguro D&O	28.03.2024	130.443
Garantia de Fiel Cumprimento	31.12.2023	9.101

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 30.12.2022, de R\$ 5,2177. Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

20 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

20.1 Transações que não envolvem caixa

Conforme a NE nº 6.1, as aquisições de imobilizado ocorridas em 2022 totalizaram R\$ 2.184 (R\$ 11.889 em 2021). Deste montante, R\$ 211 (R\$ 491 em 2021) correspondem ao conjunto de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do exercício.

Em 2022 houve um aumento de capital na Companhia na ordem de R\$ 51, conforme disposto na NE nº 12.1. O referido aumento se deu mediante reversão dos dividendos propostos em 2019.

As transferências do imobilizado de R\$ 647 e no intangível de R\$ 308 se referem à reversões nas provisões para litígios de servidão e desapropriação.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Bela Vista Geração de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bela Vista Geração de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bela Vista Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações significativas com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, relativa a saldos e transações com partes relacionadas. A Companhia realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos e condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 6 de abril de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA
ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO
EXERCÍCIO DE 2022 E SOBRE A PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2022**

Os membros do Conselho Fiscal da Bela Vista Geração de Energia S.A. abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a proposta de destinação do lucro líquido verificado no exercício de 2022. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que elas estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 06 de abril de 2023

(assinado eletronicamente)
ITAMAR PINTO PAZ
Presidente

(assinado eletronicamente)
KLEBERSON LUIZ DA SILVA

(assinado eletronicamente)
LUIZ HENRIQUE DE MELLO

(assinado eletronicamente)
WALTER GUANDALINI JUNIOR



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

